

(Capítulo do livro “***Economia e Território no Brasil Contemporâneo***”, organizado por Rosélia Piquet e Elzira de Oliveira, no prelo, 2007)

## ***Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos***<sup>1</sup>

José Eli da Veiga

[www.econ.fea.usp.br/zeeli/](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/)

### **Introdução**

Uma das conclusões de *Morte e Vida de Grandes Cidades*, a obra-prima de Jane Jacobs, lançada há 45 anos, fornece ótimo ponto de partida para uma discussão sobre a relação urbano/rural no processo de desenvolvimento:

as cidades precisam de zonas rurais próximas, e territórios rurais precisam das variadas oportunidades e da produtividade das cidades, “*de modo que os seres humanos possam ter condições de prezar o restante do mundo natural em vez de amaldiçoá-lo*” (Jacobs, c1961, 2003:498).

Este é um ótimo ponto de partida por pelo menos quatro razões. Em primeiro lugar, porque a análise da urbanização dos Estados Unidos não levou a autora a profetizar o fim da ruralidade, equívoco ainda hoje bem freqüente entre urbanistas. Particularmente pelos que se balizam pelo livro *A Revolução Urbana*, lançado quase dez anos depois, em Paris, pelo grande filósofo e sociólogo marxista Henri Lefebvre. Em segundo, porque a principal ênfase dessa conclusão de Jacobs está nas necessidades objetivas que determinam o caráter co-evolucionário da relação urbano/rural. Em terceiro - mas talvez a mais importante - porque o foco do raciocínio está no tipo de relacionamento que os seres humanos estabelecem com o restante do mundo natural. Finalmente, porque bastam estas três observações para que se perceba o quanto este tema depende de ampla interdisciplinaridade. Não há como discuti-lo sem apelo simultâneo a, no mínimo, meia dúzia de disciplinas: história, geografia, economia, sociologia, ecologia, e, também os cruciais fundamentos filosóficos das diversas teses em voga.

Há, contudo, uma importante advertência a ser feita antes que se comece a usar a citada conclusão de Jane Jacobs para explorar o assunto. Quando se pretende discutir a relação urbano/rural no processo de desenvolvimento, não se deve supor que essa segunda parte do tema – “no processo de desenvolvimento” – encerre menos dificuldades. Talvez seja até o inverso, pois não há consenso sobre a noção de desenvolvimento em qualquer das disciplinas citadas. Todavia, entrar aqui nessa controvérsia iria exigir muita digressão e pouco impacto na argumentação sobre a trajetória da relação urbano/rural. Por isso, os mais interessados devem ser enfaticamente aconselhados a se referir às contribuições de Favareto (2006) e Veiga (2006-b).

Feita essa advertência, cabe então apresentar as cinco questões que organizarão esta exposição sobre a relação urbano/rural no processo de desenvolvimento:

---

<sup>1</sup> Neste capítulo reproduz por escrito a exposição oral feita na forma de conferência para a 58ª Reunião da SBPC, Florianópolis, SC, 18 de Julho de 2006.

1. A primeira só pode ser sobre o próprio sentido das noções de urbano e de rural. Sem que ele esteja bem explicitado, será inevitável uma crescente confusão nos passos seguintes desta explanação.
2. Desdobramento direto e inevitável da primeira pergunta é a questão da classificação dos lugares, que revela as dificuldades de passar do conceitual para o operacional. Como se verá, os critérios mais adequados à atividade analítica não correspondem aos critérios normativos (legais) que forçosamente condicionam a produção das estatísticas populacionais.
3. Só então será possível entrar, de fato, na questão proposta, que é de caráter relacional. Quais são as principais mudanças já identificadas na relação que os espaços ou territórios rurais mantiveram com cidades, aglomerações e metrópoles?
4. O que tais evidências permitem pensar sobre o futuro? Qual hipótese parece mais robusta? A já citada sobre a “extinção” da ruralidade? A de “renascimento rural”, formulada há 34 anos pelo brilhante geógrafo e sociólogo francês Bernard Kayser? Ou nenhuma das duas?
5. Finalmente, será necessário discutir quais são as diferenças epistemológicas das hipóteses extremas – de completa urbanização ou de renascimento rural – que continuam a influenciar todos os pesquisadores da área do “planejamento urbano e regional” ou das áreas da economia e sociologia rurais (mesmo que disso não tenham plena consciência). E nem parece necessário acrescentar que este capítulo advoga uma terceira hipótese que pretende superá-las.

## 1. Definições e conceitos

Em vez de fazer uma revisão da imensa literatura, principalmente geográfica e sociológica, que foi obrigada a enfrentar o inevitável problema das limitações de qualquer tipo de definição que se pretenda precisa de noções tais como a de “cidade”, de “urbano”, de “campo”, ou de “rural”, mais eficaz é primeiro procurar os extremos dessa oposição. Qual seria a característica dos lugares mais rurais que se pode imaginar? Com certeza seriam os remanescentes de natureza inalterada (ou intocada) por atividades humanas. Na outra ponta com certeza estariam os lugares mais alterados, nos quais já se tornou impossível identificar algum traço significativo da paisagem original. Em termos ecológicos, essas duas pontas representam graus extremos da artificialização dos ecossistemas. Nas palavras do grande biólogo brasileiro Samuel Murgel Branco, o processo de distanciamento entre as cidades e os ecossistemas naturais faz das primeiras a “anti-natureza” por excelência.<sup>2</sup>

“Tudo o que é produto da invenção e do engenho humano é o *artificial*, opondo-se necessariamente, ao *natural*. Conseqüentemente, a cidade, onde se realiza em mais alto grau esse ‘artificialismo’, representa o

---

<sup>2</sup> Favareto (2006) avança mais no tratamento desta oposição básica, com argumentos que só não serão aqui incluídos para que o argumento fique mais incisivo.

oposto do natural, em uma medida proporcional à característica cultural da população que habita. (...) A cidade, embora meio ambiente, não chega a constituir um ecossistema verdadeiro, uma vez que não compreende uma atividade de produção ou fixação de energia primária.” (Branco,1989:109).

Entender o sentido dos extremos ajuda bastante nesta tentativa de clarificação conceitual, mas é claro que não resolve inteiramente o problema. Principalmente porque se sabe que entre os dois extremos existem inúmeros graus de artificialização dos ecossistemas. E certamente foi de alguma reflexão semelhante que surgiu a especulação sobre a existência de um “*continuum* urbano-rural”, em vez de algo parecido com uma hierarquia territorial baseada em mudanças qualitativas. E este é um problema que não pode ser resolvido. No máximo pode ficar mais claro se forem explicitados suas respectivas bases heurísticas, tópico que, por óbvias razões, só será abordado no final. Todavia, é importante notar que os esforços de caracterização foram levados a considerar pelo menos uma situação intermediária. Um ótimo exemplo está em Hannah et. al. (1994), que elaboraram uma caracterização dos continentes segundo três graus de alteração humana. Usando-se os mesmos critérios para organizar os dados disponibilizados pela Embrapa-Satélite, pode-se afirmar que a situação do Brasil é inversa à da Europa (Veiga, 2004-a).

É fortíssimo o contraste entre o grau de artificialização dos ecossistemas da Europa e do resto do mundo. Estão intensamente alterados uns 65% do território europeu (tanto por assentamentos humanos quanto por agropecuária intensiva). Nos demais continentes essa fração não chega a um terço, e atinge mínimos 12% na América do Sul e na Australásia. Mais da metade dos territórios das Américas e da Australásia foi considerada praticamente inalterada, pois mantêm a vegetação primária, com baixíssimas densidades demográficas. Pode-se dizer que metade da área planetária permanece praticamente inalterada, e mais uma quarta parte parcialmente alterada com formas extensivas de exploração primária. Ou seja, apenas uma quarta parte da área global está mais artificializada pela urbanização e pelas formas mais intensivas de agropecuária.

Por mais interessante que possa ser esse tipo de comparação, é óbvio que tal tipologia é demasiadamente grosseira para que seja usada na caracterização dos territórios segundo seu grau de urbanização, ou de manutenção da ruralidade. Um critério estritamente ecológico é tão insuficiente quanto o uso mais freqüente de abordagens exclusivamente sociais ou econômicas. Mais adequado, portanto, é procurar critérios que possam dar conta simultaneamente dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos territórios pela espécie humana. E foi exatamente esse o formidável desafio assumido pelos pesquisadores do Serviço de Desenvolvimento Territorial da OCDE que conseguiram estabelecer indicadores territoriais de emprego, com foco no desenvolvimento rural (OCDE, 1996). Mas aqui já se está na resposta à segunda pergunta. E antes de nela entrar, é muito importante resgatar a idéia a que chegou Jorge Enrique Hardoy (1964:19) após profunda busca pelo conceito de cidade: ele é essencialmente dinâmico e evolui com o tempo e o lugar, estando condicionado pelo meio ambiente, a estrutura socioeconômica e o nível tecnológico da sociedade à qual pertence o observador.

## 2. A classificação dos lugares

A uma apresentação bem sintética de novas abordagens que surgiram nos países mais desenvolvidos se seguirá uma exposição de esforço nelas inspirado para se caracterizar a hierarquia urbano-rural do Brasil.

### 2.1 As novas abordagens

Durante os anos 1970 haviam sido feitas insistentes recomendações internacionais para que a população passasse a ser classificada em quatro categorias: “metropolitana urbanizada”, “metropolitana rural”, “não-metropolitana urbanizada” e “não-metropolitana rural” (Champion & Hugo, 2003). No entanto, essa disposição de aprofundar a dicotomia acabou dando resultados heterogêneos e bem diferentes da intenção original.

Nos Estados Unidos coexistem duas classificações oficiais: a do U.S. Census Bureau e a do Office of Management and Budget (OMB). Para o primeiro, as áreas urbanas são as mais adensadas, mas não correspondem a divisões político-administrativas. E podem ser de dois tipos: áreas urbanizadas ou ‘clusters’ urbanos. Numa área urbanizada deve haver mais de 50 mil pessoas (mesmo que não haja uma cidade específica com esse número de habitantes), e um núcleo (“core”) com densidade superior a 386 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km<sup>2</sup>), podendo ter uma zona adjacente com um mínimo de metade dessa densidade (193 hab/km<sup>2</sup>). Já os ‘clusters’ urbanos - noção adotada somente a partir do censo de 2000 – são localidades com população inferior (entre 50 mil e 2,5 mil), mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica. Assim, para o Census Bureau, a população rural é a que está fora, tanto de áreas urbanizadas, quanto de ‘clusters’ urbanos. Em 2000, 68% da população americana vivia em 452 áreas urbanizadas, 11% em 3.158 ‘clusters’ urbanos, e os restantes 21% viviam nas imensas áreas rurais (59 milhões).

Contrariamente ao que ocorre com essa classificação censitária, cujos dados são decenais, a do OMB fornece estimativas anuais de população, emprego e renda. Ela é de ordem político-administrativa, e separa essencialmente condados metropolitanos (“metro”) e não-metropolitanos (“nonmetro”). Um condado é considerado economicamente ligado a uma aglomeração metropolitana se 25% dos trabalhadores residentes estiverem ocupados nos condados centrais, ou se 25% de seus empregados fizerem o movimento pendular inverso (“reverse commuting pattern”). Além disso, os condados “nonmetro” são agora subdivididos em duas categorias: as “micropolitan áreas”, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e “noncore” para o restante dos condados.

Para propósitos analíticos, o Serviço de Economia Rural, vinculado ao Departamento de Agricultura (ERS/USDA), utiliza um híbrido que resulta de uma mescla das duas classificações normativas oficiais. Os últimos resultados dessa abordagem mostram que 21% da população dos Estados Unidos reside em localidades rurais, o que por si só já levanta muita dúvida sobre o fato dessa proporção ser inferior no Brasil, onde – oficialmente – ela não teria atingido 19% em 2000. (Cf. tabelas 1 e 2 de Veiga, 2004-b).

Pode-se dizer que o caso dos Estados Unidos é bem ambíguo. Por um lado, a dicotomia urbano-rural foi substituída pelo Census Bureau por uma interessante tricotomia formada pelas categorias “áreas urbanizadas”, “clusters urbanos”, e “áreas rurais”. Por outro, o OMB preferiu uma nova dicotomia – “metro” versus “nonmetro”. E para efeitos analíticos, o ERS/USDA intensificou a visão dicotômica ao propor uma mescla que faz desaparecer a tricotomia recentemente introduzida pelo Census Bureau.

Bem diferente foi a solução encontrada pela OCDE. Após minuciosa análise das estatísticas referentes a 50 mil comunidades das 2 mil microrregiões existentes nos 26 países membros, a equipe de seu Serviço de Desenvolvimento Territorial passou a distinguir dois níveis analíticos. Ao nível local, foram classificadas apenas como urbanas ou rurais as menores unidades administrativas, ou as menores unidades estatísticas. Por exemplo: *kreise* na Alemanha, *municípios* na Espanha, *counties* nos EUA, *cantons* na França, *comuni* na Itália, *concelhos* em Portugal, e *districts* no Reino Unido. Numa segunda etapa, de nível microrregional, agregações funcionais – como províncias, *commuting zones*, ou *Local Authority Regions* - foram classificadas como mais urbanas, mais rurais, ou intermediárias.

A OCDE considera rurais as localidades que tenham densidade populacional inferior a 150 hab/km<sup>2</sup> (ou, no caso específico do Japão, 500 hab/km<sup>2</sup>). Conforme esta definição, cerca de um terço (35%) da população da OCDE vive em espaços rurais que cobrem mais de 90% de seu território. Claro, essas participações variam bastante conforme o país considerado. Os habitantes de comunidades rurais são menos de 10% em países como a Holanda e a Bélgica, e mais de 50% nos países escandinavos.

Todavia, como as opções e oportunidades abertas para essas localidades rurais dependem essencialmente do relacionamento que possam manter com centros urbanos, o que realmente importa é a abordagem microrregional. Assim, para os propósitos analíticos da OCDE, suas 2 mil microrregiões foram classificadas em três categorias, conforme a participação da população que vive em comunidades rurais. Em regiões consideradas predominantemente rurais essa participação é superior a 50%. Nas consideradas significativamente rurais ela fica entre 15% e 50%. E nas regiões predominantemente urbanas a população que vive em comunidades rurais deve estar abaixo de 15%.

Como a ruralidade é complexa e multisetorial, somente um amplo conjunto de indicadores pode, segundo a OCDE, dar conta das quatro dimensões que aparecem na figura 1.

Cerca de um quarto (28%) da população da OCDE vive em regiões predominantemente rurais, em geral bastante remotas, nas quais a maioria das pessoas pertence a pequenas povoações pulverizadas pelo território. No extremo oposto, cerca de 40% da população da OCDE está concentrada em menos de 3% do território, nas regiões predominantemente urbanas. O terço restante (32%) vive nas regiões da categoria intermediária, que são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Enfim, cada um dos três tipos de regiões contém comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Enquanto em alguns países escandinavos as participações relativas das regiões predominantemente ou significativamente rurais são superiores, ocorre exatamente o contrário em países como a Bélgica, o Reino Unido ou a Alemanha. Em 1996, só 30% da população americana vivia em “commuting zones” predominantemente urbanas. As predominantemente rurais abrigavam 36% dos

habitantes, e 34% estavam nas de tipo intermediário. Além disso, 44% da população americana vivia em condados rurais, com menos de 150 hab/km<sup>2</sup> (OCDE,1996).

Resumindo, pode-se dizer que a dicotomia urbano-rural foi mantida ao nível local pela OCDE como uma etapa a ser superada ao nível microrregional por uma tricotomia formada por áreas essencialmente urbanas, ambivalentes e essencialmente rurais.

**Figura 1 – Conjunto básico de indicadores rurais**

| <b>POPULAÇÃO<br/>E MIGRAÇÃO</b>  | <b>BEM-ESTAR SOCIAL<br/>E EQUIDADE</b>  |
|--|---|
| Densidade<br>Mudança<br>Estrutura<br>Domicílios<br>Comunidades                   | Renda<br>Habitações<br>Educação<br>Saúde<br>Segurança   |
| <b>ESTRUTURA E DESEMPENHO<br/>ECONÔMICO</b>                                      | <b>MEIO AMBIENTE E<br/>SUSTENTABILIDADE</b>   |
| Força de trabalho<br>Emprego<br>Pesos setoriais<br>Produtividade<br>Investimento | Topografia e Clima<br>Mudanças de uso da terra<br>Habitats e espécies<br>Solos e recursos hídricos<br>Qualidade do ar |

Fonte: OCDE (1996)

## 2.2 A hierarquia urbano-rural do Brasil

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes.

Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de uma outra regra. Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 1950, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.

A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Todavia, há municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. Não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados pela pesquisa que juntou excelentes equipes do IPEA, do IBGE e da Unicamp (Nesur) para produzir a *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (1999 e 2002). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000. Esse é o Brasil inequivocamente urbano.

O problema, então, é distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que não poderiam ser considerados urbanos dos que se encontravam no “meio-de-campo”, em situação ambivalente. E para fazer este tipo de separação, o critério decisivo é a densidade demográfica. É ela que estará no âmago do chamado “índice de pressão antrópica”, quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

A maior dificuldade não está, contudo, na seleção desse critério. A principal incógnita é a “dose”. Como saber qual seria o melhor corte (ou os melhores cortes)? Isto é, qual seria, por exemplo, o limite de densidade demográfica a partir do qual um território deixaria de pertencer à categoria mais rural e passaria a alguma outra categoria? Durante muito tempo foi considerado razoável 60 hab/km<sup>2</sup> como um bom critério de corte. Foi a convenção adotada por Davidovich & Lima (1975) à luz dos dados do Censo de 1970. No entanto, um exame dos dados do Censo de 2000 parece justificar uma atualização dessa convenção para 80 hab/km<sup>2</sup>.

Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, não há como deixar de notar duas quedas abruptas. Enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa IPEA/IBGE//Unicamp, a densidade média é superior a 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km<sup>2</sup>), na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab/km<sup>2</sup>. Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil), quando a densidade média torna a cair, desta vez para 10 hab/km<sup>2</sup>. São esses dois

“tombos” que permitem considerar de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km<sup>2</sup>, e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km<sup>2</sup>, mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Com a ajuda desse dois cortes, estima-se que 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios, não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor - criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 - esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades.

O principal, contudo, não é a abordagem instantânea da configuração territorial do Brasil. Mais importante é ressaltar uma tendência que não deveria ser tão ignorada. Mesmo que se acrescente ao Brasil urbano todos os municípios intermédios, considerando-os como vilas de tipo ambivalente que poderão se transformar em centros urbanos, chega-se a um total de 1.022 municípios, nos quais residiam em 2000 quase 118 milhões de pessoas. Nesse subconjunto ampliado, o aumento populacional entre 1991 e 2000 foi próximo de 20%, com destaque para as aglomerações não-metropolitanas e para os centros urbanos. Em ambos houve crescimento demográfico um pouco superior. Mas não se deve deduzir daí, como se faz com extrema freqüência, que todos os outros municípios - de pequeno porte e características rurais - tenham sofrido evasão populacional. Isto ocorreu na metade desses municípios. Todavia, em um quarto deles houve um aumento populacional de 31,3%, bem superior, portanto, aos que ocorreram no Brasil urbano. E mais do que o dobro do crescimento populacional do Brasil como um todo, que foi de 15,5% no período intercensitário de 1991-2000.

Muito pouco se sabe sobre os fatores que levaram esses 1.109 municípios com características rurais a terem um crescimento populacional tão significativo. Há casos que se explicam pelo dinamismo econômico de pequenas empresas do setor de serviços, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Há casos que se explicam pelo dinamismo político de Prefeituras, particularmente no Nordeste. Mas se está muito longe de uma interpretação satisfatória sobre esse fenômeno, espalhado por todo o território nacional.

Mesmo assim, o que já se sabe é suficiente para que se rompa com a visão de que todo o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. Não é admissível que se considere a maior parte do território brasileiro, 80% de seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem milhares de cidades imaginárias.

Resumindo, esta primeira abordagem propõe que os municípios brasileiros sejam separados em cinco escalões, dos quais os três primeiros correspondem exatamente à caracterização da rede urbana feita pelo estudo do IPEA/IBGE/Unicamp e os dois outros distinguem os municípios que ficaram fora da rede urbana como “ambivalentes” e “rurais”, mediante combinação do tamanho e da densidade populacionais. Resultam,



portanto, cinco tipos de municípios cuja classificação decorre do cruzamento de três critérios: a localização, o tamanho e a densidade. Estimou-se, assim, que algo como 4,5 mil sedes de municípios brasileiros sejam cidades imaginárias, o que parece ser agora confirmado pelos indicadores funcionais (Cf. tabela 3 em Veiga, 2004-b).

Até seria possível aceitar que, no Brasil de 2001, um autêntico núcleo urbano ainda não tivesse sua página na internet, não dispusesse de provedor, não oferecesse ensino superior, e só escutasse rádio FM. Mas será que faz algum sentido imaginar que eram cidades as sedes de município que não tinham sequer lei de zoneamento, plano diretor, coleta de lixo domiciliar, IPTU progressivo, varredura de ruas, manutenção de vias, e esgoto (para nem falar de museu ou casa de espetáculo)? Será possível que seja apenas uma mera coincidência o fato desses municípios terem poucos e esparsos habitantes, além de estarem distantes de aglomerações?

Mesmo que esta hierarquia em cinco andares permita concluir que o Brasil rural está concentrado em cerca de 4,5 mil municípios, nos quais residem pouco mais de 30% de seus habitantes, isso ainda não é suficiente para que se tenha uma boa visão da configuração territorial do país. Para tanto, parece ser bem melhor a hierarquia de suas microrregiões.

É simples perceber que as 12 aglomerações metropolitanas afetam diretamente 22 microrregiões, que as 37 outras aglomerações afetam diretamente 41 microrregiões, e que os 77 centros urbanos estão localizados no interior de 75 microrregiões. Bem mais difícil é estabelecer distinções no interior das outras 420, isto é, de 75% das microrregiões. É inevitável que se pergunte, então, qual poderia ser um bom critério de classificação desse oceano de microrregiões que não abrigam sequer um centro urbano. Provavelmente nunca haverá resposta consensual a esta questão, pois ela depende dos inevitáveis pressupostos que condicionam qualquer construção de tipologia. O fundamental, então, é que tais pressupostos sejam bem explicitados na justificação do critério adotado.

Esta estimativa admite que a densidade demográfica também é um critério razoável para diferenciar essas microrregiões que sequer abrigam um centro urbano. Por isso, no exercício proposto mais adiante será usado o mesmo critério de corte – 80 hab/km<sup>2</sup> – para separar essas microrregiões que não contêm sequer um centro urbano. Isto é, diferenciar as 420 microrregiões distantes de aglomerações e de centros urbanos em duas categorias separadas por esse corte de densidade demográfica. Disso resulta uma tipologia das microrregiões que está apresentada na tabela 1.

Todavia, a última coluna da tabela 1 mostra que o comportamento populacional do quarto tipo (formado por microrregiões que não têm centros urbanos, mas que têm mais de 80 hab/km<sup>2</sup>) é mais próximo do constatado para os anteriores, onde há centros urbanos e aglomerações. Ou seja, essas poucas 32 microrregiões certamente têm significativo grau de urbanização, mesmo na ausência de um município com mais de 100 mil habitantes, critério usado pelo estudo IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp para definir centro urbano. Parece mais razoável, portanto, que a estratificação das microrregiões agrupe esses cinco tipos em apenas três grandes categorias: a) microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); b) microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com mais de 80 hab/km<sup>2</sup>); e c)

microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com menos de 80 hab/km<sup>2</sup>).

Tabela 1  
**Tipologia das Microrregiões do Brasil e crescimento populacional 1991-2000**

| <b>Tipos de MRG</b>             | <b>Número</b> | <b>População 1991 (milhões)</b> | <b>População 2000 (milhões)</b> | <b>Variação %</b> |
|---------------------------------|---------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------|
| Metropolitanas                  | 22            | 48,1                            | 57,0                            | 18,5              |
| Não-metropolitanas              | 41            | 21,7                            | 26,1                            | 19,9              |
| C/Centros Urbanos               | 75            | 23,5                            | 27,7                            | 18,0              |
| Mais de 80 hab/km <sup>2</sup>  | 32            | 5,6                             | 6,4                             | 14,8              |
| Menos de 80 hab/km <sup>2</sup> | 388           | 47,9                            | 52,4                            | 9,3               |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>558</b>    | <b>146,8</b>                    | <b>169,6</b>                    | <b>15,5</b>       |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

A tabela 2 resume os resultados desse exercício, mostrando que o peso populacional relativo do Brasil rural estava, em 2000, em torno de 30%, como também havia indicado a abordagem anterior de caráter municipal. Enfim, o que parece poder variar é o peso das outras categorias, a depender dos critérios que se utilize para hierarquizar o Brasil urbano. Mas o lado rural do Brasil tende nos dois casos a se situar em 30% da população.

Tabela 2  
**Configuração territorial básica do Brasil, 2000.**

| <b>Tipos de MRG</b>            | <b>Número</b> | <b>População 2000 (milhões)</b> | <b>Variação 1991-2000 (%)</b> | <b>Peso relativo em 2000</b> |
|--------------------------------|---------------|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Marcadas por aglomerações      | 63            | 83,1                            | 19,0                          | 49,0                         |
| Significativamente urbanizadas | 107           | 34,1                            | 17,4                          | 20,1                         |
| Predominantemente rurais       | 388           | 52,4                            | 9,3                           | 30,9                         |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>558</b>    | <b>169,6</b>                    | <b>15,5</b>                   | <b>100,0</b>                 |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

É preciso enfatizar que o uso dessa tricotomia para visualizar a configuração territorial do Brasil se baseia numa hierarquia que combina vários critérios funcionais e estruturais. Começa pelo reconhecimento de que as aglomerações são fatores marcantes - seja em termos funcionais como estruturais - e que este é um critério suficiente para definir o topo da hierarquia. O extremo oposto é definido pela menor pressão antrópica, razoavelmente detectada pelo critério da densidade populacional e, de certa forma, também pelo menor crescimento populacional. Finalmente, na categoria intermediária estão as microrregiões que atingiram um grau ainda ambivalente de urbanização ou, o que dá no mesmo, mantêm-se relativamente rurais.

Tabela 3  
**Síntese da hierarquia urbano-rural do Brasil**

| <b>Blocos</b> | <b>% da População</b> | <b>% do Território</b> | <b>% das Microrregiões</b> | <b>% dos Municípios</b> |
|---------------|-----------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|
| Urbano        | 50                    | 20                     | 10                         | 10                      |
| Ambivalente   | 20                    | 20                     | 20                         | 10                      |
| Rural         | 30                    | 60                     | 70                         | 80                      |
| <b>Total</b>  | <b>100</b>            | <b>100</b>             | <b>100</b>                 | <b>100</b>              |

Fonte: Estimativas do autor com base nos dados das tabelas anteriores.

Ao insistir na oposição entre os pontos de maior artificialização ecossistêmica e as áreas de menor pressão antrópica, esta abordagem tricotômica evita uma ingenuidade tão comum quanto traiçoeira: a de se basear exclusivamente no critério do tamanho municipal. No México, por exemplo, o Indesol (Instituto Nacional de Desarrollo Social) diferencia os municípios em quatro categorias definidas exclusivamente pelo tamanho populacional. Considera urbanos todos os municípios com mais de 50 mil habitantes; como “semi-urbanos” os que ficam na faixa entre 10 mil e 49.999; como “semi-rurais” os que ficam na faixa entre 2.500 e 9.999; e como rurais os que têm menos de 2.500 habitantes. No entanto, um pequeno município de poucos milhares habitantes, mas que seja adjacente a uma aglomeração, pode ser muito mais urbano que um município com população bem maior, mas que tenha baixíssima densidade populacional e que esteja distante das aglomerações e dos centros urbanos. Mesmo assim, não deixa de ser surpreendente que 61% dos municípios mexicanos fiquem na categoria rural e 19% na categoria “semi-rural”.

Enfim, juntando-se todas essas observações sobre a configuração territorial do Brasil é possível chegar à síntese apresentada na tabela 3.

### **3. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos.**

A ascensão das cidades na Europa, entre os séculos X e XII, foi um ponto de mutação na história ocidental e, portanto, do mundo. Todavia, já nos subseqüentes séculos XIII e XIV, suas relações com o entorno passaram a ser radicalmente alteradas, rompendo-se, assim, as marcas da “dicotomia cultural urbano-versus-rural”. São palavras do historiador Carlo M. Cipolla (1976). Seu colega Georges Duby (1973) situa ainda mais precisamente nas duas últimas décadas do século XII o início do domínio da economia urbana naquele continente.

Nesses oito séculos do processo co-evolutivo entre as cidades e os campos, sob o domínio das primeiras, não pararam de se alterar as relações urbano-rurais. E elas mudaram radicalmente na segunda metade do século passado. Mas não foram mudanças que reduziram o contraste entre ambas, como imaginaram grandes pensadores dos dois últimos séculos (e ainda repetem seus mais vulgares discípulos). O que está ocorrendo hoje nos países do primeiro mundo é que o espaço rural tende a ser cada vez mais

valorizado por tudo o que ele opõe à artificialização ecossistêmica provocada pelas cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização conjunta da agricultura e da indústria.

**Figura 2 – Três “padrões” de dinamismo.**

|            |  |   |
|------------|--|---|
| <b>I</b>   | Madeira, minérios,<br>Fertilidade do solo. | Exportações de bens<br>primários.   |
| <b>II</b>  | Industrialização.<br>Agregação de valor.   | Exportações de bens<br>manufaturados.   |
| <b>III</b> | Amenidades naturais.<br><u>Serviços.</u>   | Atração de rendas de<br>aposentados, turistas,<br>esportistas, eventos.<br>(Biodiv + Paisagem)<br>(Energias renováveis) |

No fundo, existiram e existem três padrões básicos de relações urbano-rurais, que não devem ser entendidos necessariamente em ordem cronológica, e menos ainda como se fossem excludentes. No primeiro, o mais simples, as vantagens comparativas dos espaços rurais são determinadas pelas célebres “riquezas naturais” que favorecem os processos produtivos baseados nas exportações de bens primários para outras regiões, principalmente para cidades. No segundo, um pouco mais sofisticado, diferentes formas e graus de industrialização permitem que os processos produtivos se voltem à exportação de bens manufaturados. E no terceiro padrão as vantagens comparativas se deslocam para o chamado setor “terciário”, pela atração de rendas geradas nas cidades, que são importadas através dos deslocamentos de aposentados, turistas (inclusive o fenômeno da “segunda residência”, como as “casas de campo” ou “chácaras de recreio”), esportistas, participantes de eventos, etc.

Hoje, as regiões rurais mais dinâmicas são as que conseguem combinar esse terceiro padrão com formas menos agressivas dos dois anteriores. Principalmente porque os fatores mais determinantes do êxito do terceiro padrão passam pela conservação da biodiversidade e dos patrimônios paisagísticos e históricos. Algumas formas de produção de energias renováveis poderão vir a dar ainda mais dinamismo a esse tipo de combinação dos três padrões.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Esta nova etapa da ruralidade traz consigo uma mudança na qualidade das três dimensões fundamentais da ruralidade: a relação com a natureza (aqui já suficientemente enfatizada), e além dela a relação rural-urbano e as relações de proximidade. Ver Favareto (2006) para maior explicitação do que é “novo” na articulação destas três dimensões.

#### 4. O que se pode dizer sobre o futuro das relações urbano/rurais?

Mesmo que não tenham plena consciência, todos os que pesquisam sobre a ruralidade estão sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural. Ninguém formulou a primeira de forma mais adequada do que o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em 1970. E ninguém foi tão oportuno em contrariá-la quanto o geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, desde 1972. Todavia, passados mais de trinta anos, a ruralidade dos países centrais não desapareceu, nem renasceu, o que legitima a opção por uma terceira hipótese que as supere. Ela foi esboçada e testada entre 2004 e 2005, primeiro no amplíssimo âmbito do processo de “globalização”, e em seguida no caso específico da Itália (Veiga, 2004 e 2006).

O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. Torna-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Fenômeno novo, que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza. O fenômeno foi vislumbrado tanto por Lefebvre, quanto por Kayser, muito embora de maneiras obscuras. A ‘revolução do espaço’ que engendra a ‘sociedade urbana’ (ou pós-industrial) tende a revigorar a ruralidade, mas não mediante um suposto ‘renascimento’.

Há pelos menos duas grandes dimensões da globalização contemporânea que atuam de forma cruzada sobre os destinos das áreas rurais. A dimensão econômica – que envolve as cadeias produtivas, comércio e fluxos financeiros – tende a agir essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais periféricas, ou marginais. Ao lado das novas hierarquias regionais, há vastos territórios que se tornam cada vez mais excluídos das grandes dinâmicas que alimentam o crescimento da economia global.

Simultaneamente, a dimensão ambiental – que envolve tanto as bases das amenidades naturais, quanto várias fontes de energia e biodiversidade – age essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar. A ação simultânea dessas duas tendências está tendo um duplo efeito sobre a ruralidade. Por um lado, faz com que aquele rural “remoto”, ou “profundo”, seja cada vez mais conservado, mesmo que possa admitir várias das atividades econômicas de baixo impacto. Por outro, faz com que no rural “próximo”, ou “acessível”, ocorram inéditas combinações socioeconômicas.

Em territórios rurais dos mais dinâmicos predominam atividades do setor terciário, principalmente serviços que atraem rendas geradas pela produtividade de outros lugares. Assim, maior dinamismo rural em sociedades avançadas se baseia em atividades voltadas a segundas residências, aposentados, esportistas radicais, congressistas, turistas e estudantes. E o que mais gera emprego são arranjos locais de saúde, cultura, educação, esportes, e inúmeros outros tipos de recreação ou turismo.

As manifestações dessa nova ruralidade na Europa e na América do Norte não resultam de um impulso que estaria ressuscitando fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possam coexistir com aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à consciência sobre as ameaças à biodiversidade ou à regulação térmica do planeta. Também no que concerne a liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência, ou da liberdade conquistada por muitas outras categorias sociais de usufruir seu tempo livre fora – e às vezes longe – das aglomerações urbanas onde residem e trabalham.

Nas poucas linhas acima, em que foi sintetizada a referida hipótese, há várias afirmações-chave que precisam de testes mais específicos e aprofundados. Uma das mais importantes é a idéia de que a dimensão ambiental da globalização age no sentido de tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia.

## **5. As diferenças epistemológicas**

Comparando as ênfases da análise de Kayser com os vetores da atual valorização da ruralidade, pode até parecer que são questões inteiramente distintas. Indício de que em 1990 Kayser também ainda estava muito prisioneiro do prisma agrário de interpretação do espaço rural, como demonstram as noções de “novos camponeses”, “sociedade de vilarejo”, ou mesmo “cultura de vilarejo”. Não que tais fenômenos tenham desaparecido da ruralidade atual dos países mais avançados. Mas essa permanência só faz lembrar daquela constatação biológica de que todos os organismos carregam restos de estruturas outrora funcionais, como sobras de estados ancestrais diferentes. Entre eles, ossos ocultos no interior da pele de certas baleias, ou os restos de ossos pélvicos encontrados em algumas serpentes, vestígios de ancestrais que tinham pernas.

Além desse óbvio contraste, que em nada diminui a importância da contribuição de Kayser - pois os “vetores” não podiam ser discerníveis nos anos 1980 - é preciso discutir, então, o sentido que pode ter para a história das sociedades humanas a noção de “renascimento”.

É aceitável a idéia de “renascimento” para caracterizar um movimento cultural de transição entre duas épocas, cuja marca é o resgate ou recuperação de valores e idéias atávicas ou ancestrais. Isto não quer dizer, contudo, que essa metáfora possa ser transferida para o âmbito da civilização material, expressão que designa pelo menos a economia e a sociedade. Por isso, mesmo que a utilização da expressão “renascimento” possa ter tido sucesso na literatura científica americana - e mesmo que ela tenha empregado um ótimo analista, como Kayser - é fundamental lembrar que a idéia de renascimento é tão estranha à história econômica e social quanto o é à história natural. Como o novo sempre brota do velho, sempre será possível nele identificar os tais vestígios. Mas eles só adquirem algum sentido como produtos da evolução. Este é um princípio que deve governar a análise de todo tipo de séries históricas, e não apenas as

da história natural. Daí a importância da base teórica que separa a hipótese deste trabalho da hipótese de Kayser.

Há uma séria ambigüidade em sua obra. Por um lado ele adere ao uso do termo “*renascimento*” que estava sendo usado na literatura científica americana. Mas, por outro, entre a formulação da hipótese geral e a conclusão prefere dizer que as “*mutações contemporâneas resultaram da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade*”. Uma idéia mais razoável, diga-se de passagem, embora seja nessa ambigüidade que deva ser identificado o problema teórico de sua hipótese.

Afinal, mutação é o fenômeno em que novas variações genéticas são oferecidas à seleção. Em qualquer das interpretações darwinistas ela é sempre entendida como de ocorrência aleatória. E se os darwinistas fazem tanto alarde sobre o caráter acidental, casual, fortuito, incerto, ou ocasional, das mutações, é justamente para que fique bem estabelecido o contraste com o outro lado do processo evolutivo: as pressões de seleção. “Enfatizar o fato de que a mutação *pode* ser aleatória é nosso modo de chamar a atenção para a verdade crucial de a seleção ser sublime e quintessencialmente *não* aleatória. É irônico que a ênfase no contraste entre a mutação e a não casualidade da seleção tenha levado as pessoas a pensar que a teoria toda seja feita de acasos”. (Dawkins, 1998:94, *itálicos no original*).

Evidentemente, sempre se poderá argüir que o uso metafórico da palavra “mutação” não deveria exigir que Kayser pretendesse expressar qualquer tipo de coerência com a teoria da evolução de Darwin. Mas também se pode supor que seja um daqueles escorregões, ou lapsos, que ajudam a desvendar os problemas teóricos subjacentes às interpretações. Sua “hipótese geral” (p.81) é que a retomada de crescimento rural resultou da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade. E sua conclusão (p. 289), é que o “renascimento”, que originalmente fora apenas hipótese de um observador atento, verificou-se pela análise das “mutações” contemporâneas registradas nos campos do mundo ocidental.

Ou seja, para Kayser, as mutações que caracterizam o tal “renascimento” teriam resultado das circunstâncias criadas pelos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade. A rigor, pode-se até admitir o avesso. Que entre inúmeras mutações aleatórias, somente algumas estejam sendo selecionadas pelo processo mais geral do conjunto da sociedade. E mesmo que não se dê importância a tal equívoco, que acentua a dimensão idealista da idéia de “renascimento”, pode-se vê-la como recurso retórico do segundo tipo de interpretação da contradição urbano-rural: não-antagônica, sem eliminação de um dos pólos, mas sim de reprodução ondulatória da oposição básica. Depois de décadas de amesquinamento rural, surgem sinais de alguma coisa diversa, mas que não seria real novidade.

O que mais assemelha a visão de Kayser à sociologia rural que Lefebvre havia elaborado entre o início dos anos 1940 e meados dos anos 1950 é a suposta centralidade da “comunidade camponesa”. Na abertura de seu livro, Kayser diz com todas as letras que são quatro as características da ruralidade como modo particular de utilização do espaço e de vida social: a) baixa densidade demográfica relacionada à preponderância das paisagens com cobertura vegetal; b) uso econômico a dominante agro-silvo-pastoril; c) modo de vida dos habitantes caracterizado pelo pertencimento a coletividades de

tamanho limitado e por sua relação particular com o espaço; d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente conotadas pela cultura camponesa. E mais da metade de seu livro foi consagrada à descrição de “antigos e novos camponeses”, “recomposição da sociedade de vilarejo” e “cultura no vilarejo”.

Em resumo, mais atenção às evidências empíricas permitiu que Kayser fosse levado – mesmo sem assumir claramente - a uma hipótese inversa à de Lefebvre. Mas com fundamento teórico incongruente, pois a idéia de “renascimento” em nada pode ser parecida com a idéia de “mutação”. Ao usar tal expressão de forma metafórica para se referir à histórica contradição urbano-rural, ele sem querer admitiu - de forma certamente inconsciente e subliminar - que na verdade é algo novo que está surgindo, e não alguma coisa antiga que poderia estar voltando, retornando, ou renascendo.

Dois importantes esclarecimentos se fazem, nesta altura, absolutamente necessários. Primeiro sobre a aproximação que está sendo feita ao longo dos últimos parágrafos de reflexões provenientes das ciências naturais com as das ciências sociais aplicadas. Não se trata de qualquer ilusão “naturalista”, inclinação de quem supõe não haver diferença significativa entre esses dois campos, devendo o segundo imitar o primeiro. Ao contrário, pressupõe-se que as mudanças no desenvolvimento das sociedades humanas têm caráter lamarckiano, e não darwiniano. As sociedades vivem em simbiose com suas culturas, o que permite que o conhecimento e experiência adquiridos pelos mais maduros sejam diretamente transferidos aos que os sucedem. Daí porque é tão freqüente que haja progresso em mudanças socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais, um fenômeno inteiramente estranho à história natural. Isto não quer dizer, todavia, que não se deva procurar a coerência entre as formas de raciocínio lógico (tanto dialético como analítico) e os fatos da natureza. Em outras palavras, ilusão mesmo seria supor que pudesse ser inteiramente arbitrário o uso metafórico de noções biológicas pelas ciências sociais.

Outro necessário esclarecimento é sobre o termo “emergência”. Quem realmente presta atenção e observa com cuidado as evidências empíricas da atual ruralidade européia costuma preferir o termo “emergência” ao termo “renascimento”, mesmo que não discorde de Kayser. Excelente contribuição nessa linha foi a de Nazareth Wanderley (2000). Quando não é usado para expressar urgência, ou necessidade imediata, o vocábulo “emergência” sempre denota o sentido de novidade. Na astronomia quer dizer aparecimento, ou nascimento. Na geologia é sinônimo de afloração. Na botânica designa cada uma de várias excrescências (como os espinhos de uma rosa) das camadas superficiais do tecido vegetal, comumente tanto da epiderme quando das camadas imediatamente subjacentes. E também se refere ao nascer da água, a nascente.

Todavia, nos debates científicos contemporâneos esse termo adquiriu, desde o último terço do século XIX, uma acepção bem diferente. Particularmente no âmbito das pesquisas sobre a “complexidade”, o termo vem servindo para designar um conjunto de novos conceitos científicos que resultam de abordagens transdisciplinares. Por não ser preciso, só pode estar sujeito a múltiplas interpretações. Todavia, no campo da física e da matemática, assim como no da química e da biologia, há um entendimento mais restrito, mas que tem sido objeto de muita pesquisa, chamado de SDNL: sistemas dinâmicos não-lineares.

A teoria pretende descrever mudanças espaço-temporais no âmbito dos sistemas, em



função das causas dessas mudanças. Tais sistemas podem ser conjuntos de moléculas, ou conjuntos de espécies vivas que formam populações, sempre que estejam interagindo. E são caracterizados como “não lineares” sempre que nas interações entre seus componentes inexistam proporcionalidade entre as causas e os efeitos (mudanças). Quando existem interações não lineares em algum sistema dinâmico, seu comportamento adquire propriedades novas, às vezes estranhas, frequentemente não previsíveis, e geralmente contra-intuitivas, além de “incômodas” para qualquer tipo de interpretação ou abordagem habituada à linearidade.

Sistemas complexos raramente atingem o equilíbrio. Em geral estão numa condição estacionária de não-equilíbrio. Por exemplo, concentrações de diferentes substâncias químicas em determinado volume podem perfeitamente continuar constantes enquanto inúmeras reações químicas as consomem ou as produzem. Na condição estacionária de não-equilíbrio todos esses processos se compensam. Mas se algum dos parâmetros pertinentes do sistema é alterado, mesmo que pouco, a condição estacionária também muda. E em sistemas não lineares pode ocorrer um fenômeno novo, a partir de um valor do parâmetro que é considerado “crítico”. A anterior solução estacionária deixa de ser estável e o sistema evolui na direção de uma (ou várias) outra(s) solução(ões) que pode(m) ser bem diferente(s). É o que os teóricos dos SDNL chamam de “bifurcação”. Existem vários tipos de bifurcação que refletem a riqueza do comportamento qualitativo dos SDNL. E a importância dessas bifurcações em dinâmicas não lineares reside na renovação que trazem à explicação dos fenômenos emergentes.

Enfim, o termo “emergência” sempre esteve relacionado ao fato de que um “todo” não é “igual à soma de suas partes”. Chama-se agora de “emergência” a existência - e não apenas o surgimento visto como processo temporal, como é sugerido pelo vocábulo - de qualidades singulares de um sistema que só podem existir em certas condições. Em geral, quando um parâmetro que regula a intensidade das interações ultrapassa um patamar crítico. Assim, a emergência é um processo pontuado e crítico de bifurcação. Isto é, um processo que faz um sistema passar de um conjunto possível de qualidades a um outro. São casos em que os “atores” continuam os mesmos, mas sua organização espaço-temporal é bem diferente antes e depois da bifurcação. Mas, atenção, “antes e depois” não indica aqui necessariamente uma diferença temporal. Tanto quanto “antes e depois” poderia ser dito “aquém e além” do patamar crítico.

## **Conclusões**

Em primeiro lugar, é preciso que seja enfatizado que o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população. Um atributo que nada envolve de negativo, já que algumas das principais vantagens competitivas do século XXI dependerão da força de economias rurais. São estas as duas principais conclusões a que se chega quando se analisa a atual configuração territorial do país tendo presente os mais recentes indicadores sobre o destino da ruralidade nas sociedades humanas mais avançadas. Para isso é preciso superar a abordagem dicotômica, mas sem cair na ilusão de que estaria desaparecendo a histórica contradição urbano-rural.

Em segundo lugar, é preciso que seja enfatizado que o fenômeno da nova ruralidade corresponde ao surgimento de qualidades singulares de um sistema que só podem existir

em certas condições. Somente em situações de grande prosperidade socioeconômica é que se manifestam as qualidades específicas dessa ruralidade. Situações capazes de impulsionar simultaneamente os três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, através das diversas formas de “turismo”, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis. Por isso, ela deve ser considerada nova, em vez de renascente.

É nova e não “emergente”, porque “emergência” pode resultar de qualquer dos três tipos de oposições anteriormente mencionadas: antagônicas, ondulatórias e embrionárias. Pelo menos é essa a conclusão que se pode tirar da comparação entre a contribuição das cientistas naturais Janine Guespin-Michel e Camille Ripoll (2005) e o subsequente ensaio filosófico de Lucien Sève (2005). Daí a necessidade de destacar que o fenômeno da nova ruralidade não corresponde aos dois primeiros tipos de oposições dialéticas contidos respectivamente nas hipóteses de Lefebvre (antagônica) e Kayser (ondulatória), e sim ao terceiro tipo, de caráter embriológico.

Até finais do século XX, a dinâmica das regiões rurais dos países que mais se desenvolveram foi determinada por atividades produtivas do setor primário cuja viabilidade sempre foi dependente da exportação para mercados essencialmente localizados em cidades. E a força de trabalho que se tornava redundante com o aumento da produtividade também tinha destino urbano. A partir de certo patamar crítico atingido por esse processo, surge em parte dessas regiões rurais uma dinâmica que passa a ser determinada por mercados que respondem a novas formas de consumo. Formas que resultam da “*difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade*”, para usar as palavras de Kayser. Todavia, isso não reduz, e por vezes até intensifica, a contradição ecológica entre o fenômeno urbano e rural. Continua o processo de distanciamento entre as cidades e os ecossistemas naturais, que faz das primeiras a *anti-natureza* por excelência, nas palavras do grande biólogo Samuel Murgel Branco. Nunca será demais repetir suas palavras:

“Tudo que é produto da invenção e do engenho humano é o *artificial*, opondo-se necessariamente, ao *natural*. Consequentemente, a cidade, onde se realiza em mais alto grau esse ‘artificialismo’, representa o oposto do natural, em uma medida proporcional à característica cultural da população que habita. (...) A cidade, embora meio ambiente, não chega a constituir um ecossistema verdadeiro, uma vez que não compreende uma atividade de produção ou fixação de energia primária.” (Branco, 1989:109). Em poucas palavras, é o grau de artificialização dos ecossistemas que distingue em última instância o urbano do rural. E é por isso que em vez da revolução urbana, profetizada por Lefebvre, ou do renascimento rural, preferido por Kayser, o que se testemunha neste início do século XXI é o nascimento de outra ruralidade.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Ver Favareto (2006) para uma ênfase na dimensão mais sociológica desse processo. O autor analisa os significados da mudança qualitativa na articulação daquelas outras dimensões, além da relação com a natureza, na longa evolução da ruralidade.

## Referências

- BRANCO, Samuel Murgel. *Ecossistêmica; Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. S.Paulo: Editora Edgard Blücher, 1989.
- BRANCO, Samuel Murgel. *Meio ambiente e biologia*. S.Paulo: Editora Senac, 2001.
- CHAMPION, Tony & Graeme Hugo (eds). *New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy*. International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP) & Ashgate, 2003.
- CIPOLLA, Carlo M. *Before the industrial revolution: European society and economy 1000-1700*. Londres: Routledge (3a. edição), 1993 [c1976].
- DAWKINS, Richard. *A escalada do monte improvável; Uma defesa da teoria da evolução*. S.Paulo: Companhia das Letras, 1998 [c1996].
- DUBY, Georges. *Guerriers et paysans; VII-XIII<sup>è</sup> siècles; Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.
- EMBRAPA-Satélite. - Embrapa Monitoramento por Satélite:  
[http://www.cobveget.cnpm.embrapa.br/resulta/brasil/leg\\_br.html](http://www.cobveget.cnpm.embrapa.br/resulta/brasil/leg_br.html)
- FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam-USP), Março de 2006, 280 p. (mimeo).
- GUESPIN-MICHEL, Janine e Camille Ripoll. “Systèmes dynamiques non linéaires, une approche de la complexité et de l’ emergence”, in: Lucien SÈVE, *Émergence, complexité et dialectique*. (com Janine Guespin-Michel et al.), Paris: Odide Jacob, 2005.
- HANNAH, L., D. Lhose, C. Hutchinson, J. Carr, & A. Lanckerani. “A preliminary inventory of human disturbance of world ecosystems”. *Ambio*. 23 (4-5), pp. 246-250, 1994.
- HARDOY, Jorge Enrique. *Ciudades Precolombinas*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1964.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. S.Paulo: Martins Fontes, 2003 [c1961].
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. S.Paulo: Ed. Beca, 2001.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [c1970].

- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1995 [c1974].
- OCDE – Organization for economic co-operation and development. *Examens territoriaux de l'OCDE; Sienna, Italie*. Paris: OCDE, 2002.
- SÈVE, Lucien. *Sciences et dialectiques de la nature*. Paris: La Dispute, 1998.
- SÈVE, Lucien. “De quelle culture lógico-philosophique la pensée du non-linéaire a-t-elle besoin?”, in: *Émergence, complexité et dialectique*. (com Janine Guespin-Michel et al.), Paris: Odide Jacob, 2005.
- VEIGA, José Eli. “Destinos da ruralidade no processo de globalização”, *Estudos Avançados*, n.51, pp. 51-67, maio-agosto 2004-a.
- VEIGA, José Eli. “A dimensão rural do Brasil”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, vo. 12, n.1, pp. 71-93, abril 2004-b.
- VEIGA, José Eli. “Nascimento de outra ruralidade”, *Estudos Avançados*, n.57, 333-353, maio-agosto 2006-a.
- VEIGA, José Eli. “Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação”, *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, v.20, n.3, jul.-set., 2006-b (no prelo).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, Outubro 2000, pp.87-146.